

Violência contra a mulher no estado de Goiás com base em análises de mídias digitais: estudo de caso no portal de notícias G1

Violence against women in the state of Goiás based on analysis of digital media: a case study on the G1 news portal

Douglas Faria Cordeiro^[*] / cordeiro@ufg.br
Jully Porto Lopes Melo^[*] / jullyporto15@gmail.com
Larissa Machado Vieira^[*] / vieira.mlarissa@gmail.com

RESUMO

A violência contra a mulher é uma realidade no Brasil. Embora o país tenha avançado no âmbito da legislação, se destacando a Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, e a Lei 13.104/2015, conhecida como lei do feminicídio, ainda existem muitos desafios no enfrentamento à violência contra a mulher, os quais perpassam por questões legais, sociais, culturais e políticas. Um dos pontos que chama a atenção é que nem todo crime é denunciado, o que acaba por impactar na consolidação de indicadores sobre violência que possam ser utilizados na construção de políticas públicas de apoio à mulher e enfrentamento à violência. Além disso, ainda existem obstáculos e desafios quanto ao levantamento destes dados, os quais são, em sua maioria, obtidos junto às polícias civil e militar de cada estado da Federação, as quais utilizam estruturas e metodologias distintas para aferição deste fenômeno social. Por outro lado, é notável a repercussão dos casos de violência contra a mulher na mídia, o que abre a oportunidade de exploração das notícias como fontes de dados. Este artigo explora o uso de soluções de mineração de dados voltadas à identificação de temáticas exploradas no contexto da violência contra a mulher a partir de peças noticiosas veiculadas em mídia digital de modo a buscar um entendimento de posicionamentos e articulações nas narrativas observadas. Para tanto, é realizado um estudo de caso sobre uma

ABSTRACT

Violence against women is a reality in Brazil. Although the country has advanced in terms of legislation, with emphasis on Law n. 11.340/2006, Maria da Penha Law, and Law 13.104/2015, known as the femicide law, there are still many challenges in dealing with violence against women, which permeate legal, social, cultural and political issues. One of the points that draws attention is that not every crime is reported, which ends up impacting the consolidation of indicators on violence that can be used in the construction of public policies to support women and combat violence. There are still obstacles and challenges regarding the collection of these data, which are mostly obtained from the civil and military police of each state of the Federation, which use different structures and methodologies to measure this social phenomenon. The repercussion of cases of violence against women in the media is remarkable, which opens the opportunity to explore the news as sources of data. This paper explores the use of data mining solutions aimed at identifying themes explored in the context of violence against women from news pieces broadcast in digital media in order to seek an understanding of positions and articulations in the observed narratives. Therefore, a case study is carried out on a sample

[*] Universidade Federal de Goiás (UFG). Avenida Esperança, Câmpus Samambaia, Goiânia (GO).

amostra de textos jornalísticos extraídos do portal de notícias G1 Goiás. Os resultados obtidos sugerem padrões, em termos de temporalidade e temáticas exploradas, e destacam a questão da invisibilidade da violência doméstica contra a mulher e exacerbação das situações extremas, incomuns e ditas espetaculares.

Palavras-chave:

violência; mulher; mídia; notícias; mineração de dados.

of journalistic texts extracted from the G1 Goiás news portal. The results obtained suggest patterns, in terms of temporality and themes explored, and highlight the issue of the invisibility of domestic violence against women and the exacerbation of extreme, unusual and so-called spectacular situations.

Keywords:

violence; woman; media; news; data mining.

Introdução

A violência pode ser descrita, de acordo com Zuma (2005), como sendo o uso intencional de força física ou poder, contra si próprio, contra outrem, ou ainda contra um grupo ou comunidade, resultando em lesão, morte, deficiência de desenvolvimento, privação, ou dano psicológico. Neste contexto, a violência pode ser categorizada em três vertentes: coletiva, interpessoal ou auto infligida. Diante disso, a violência que ocorre no contexto de relações familiares pode ser destacada como um subtipo de violência interpessoal, sendo ainda subclassificada em violência íntima.

A violência, em suas distintas vertentes, conforme discutido por Njaine e Minayo (2004), é refletida no contexto midiático, o qual se consolida enquanto responsável pela produção de sentidos e construção de valores, quer sejam em representações simbólicas ou mesmo na violência real noticiada. Neste contexto, Sousa, Medeiros e Martins (2019) ressaltam que o papel dos meios de comunicação é essencial na compreensão do fenômeno da violência, indo diretamente de encontro a questões de enfrentamento da violência doméstica e na busca por garantia de direitos humanos e de cidadania por parte das mulheres.

Especificamente no âmbito da violência contra a mulher, de acordo com Gadoni-Costa e Dell’Aglio (2010), esta pode ser descrita qualquer ação de violência praticada contra uma mulher, motivada por questões de gênero. Neste sentido, Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) destacam que este tipo de violência é ainda mais atenuado pelas implicações ligadas à coação das vítimas envolvidas, principalmente devido a dependências emocionais ou financeiras. Pequeno (2016) destaca a violência contra a mulher como sendo um fenômeno proveniente de diferentes causas, sendo ainda intransparente, multifacetado e multidimensional.

Segato (2021) defende a necessidade de um movimento no sentido de oposição e redirecionamento do que se observa majoritariamente na sociedade: a atribuição de um valor residual às mulheres, o qual ultrapassa a questão do

gênero, se figurando enquanto um sintoma do que tem sido valorado por uma visão capitalista, machista e impositivista da sociedade. Para além disso, é pontuada a importância do estudo e acompanhamento da violência contra a mulher, enquanto forma de identificação, compreensão e direcionamento para o enfrentamento deste problema.

Pois as agressões que as mulheres sofrem no cotidiano da violência e dos abusos do lar e nas novas formas informais de guerra, são o termômetro que permite diagnosticar os trânsitos históricos da sociedade como um todo. É por isso que devemos poder exigir a restituição da plenitude ontológica dos espaços da vida feminina e a capacidade e o direito das mulheres de falar ao interesse geral a partir de sua parcialidade. (SEGATO, 2021, p. 103, tradução nossa).

Um ponto importante no que concerne à uma análise histórica sobre a violência contra a mulher se refere ao fato de que, apesar de um notável desenvolvimento humano em seus mais variados aspectos (social, político, científico, etc.), o século XXI ainda presencia um aumento da violência contra a mulher e no número de assassinatos contra mulheres, onde se vê uma justificção em uma argumentação de que a mulher por ter um envolvimento com trabalho, estudo ou outras ocupações sociais se afasta da obrigação do papel da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa (BANDEIRA, 2014).

Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se resignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas

simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais. (BANDEIRA, 2014, p. 457).

No âmbito do Brasil, de acordo com dados da Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada ainda em 2001, a cada quinze segundos uma mulher é agredida, e mais de dois milhões de mulheres sofrem violência por parte de seus parceiros ou ex-parceiros. Além disso, emergem também, em considerável proporção, problemas relacionados à saúde. Neste sentido, de acordo com Alves e Coura Filho (2001), desde a década de 1980, a OMS considera a violência contra a mulher como um tema de saúde pública, sendo ainda relacionada a problemas ou distúrbios gastrointestinais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, depressão, baixa autoestima, ansiedade, lesões e suicídios.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), em 2019 ocorreu um estupro a cada oito minutos, e foram registrados 1.314 feminicídios. Durante o primeiro semestre de 2020 houve um aumento de 1,9% no número de feminicídios em relação ao mesmo período do ano anterior. Curia *et al.* (2020) pontuam que a violência contra a mulher não está associada à escolaridade, classe social, religião ou grupo étnico, mas que existe uma diferença intrínseca na maneira com que ocorre o acesso aos serviços de saúde e à justiça. Muitas mulheres, por questões como dependência afetiva e econômica, medo de novas agressões, repreensão por parte de familiares ou ainda falta de segurança quanto à efetividade das autoridades públicas, acabam por não denunciar seus agressores (DA SILVA CORDEIRO, 2018).

Neste cenário, a constante ampliação dos meios de comunicação, seja no impresso, no televisivo, no radiofônico ou no digital, assim como o consequente acesso à informação, provenientes de avanços obtidos nas tecnologias de informação e comunicação, precisam ser considerados no âmbito da produção de sentidos sobre a violência contra a mulher, uma vez que as particularidades e especificidades do meio podem acabar provocando variações em interpretações ou visões sobre a questão. Fanti (2015) destaca que tal diversidade nos gêneros face a interlocução de algo demanda uma compreensão que considere a maneira pela qual ocorre a produção de sentidos através da linguagem utilizada, tal como outros efeitos decorrentes que consideram ainda a circulação midiática e o público a ser alcançado.

Cabe ressaltar que a violência, conforme apontado por Fernandes (2022), embora seja pauta de destaque no contexto jornalístico, por vezes é apresentada de maneira banal ou mesmo se torna invisível quando remete à violência doméstica contra a mulher, circundando essencialmente narrativas espetaculares e situações extremas que corroborem com a audiência e a comoção. Neste contexto violência doméstica contra a mulher, Maduro e Pacheco (2022) apontam, a partir de uma análise sobre o uso de vozes verbais (passiva e ativa), que há, de maneira majoritária, uma marginalização e minimização da violência em si, sendo as notícias construídas com um propósito de vender a pauta ao leitor, sendo o feminicídio acompanhado evidências linguísticas que remetem a uma justificativa à violência.

Para além disso, é fundamental destacar que o próprio leitor do jornalismo digital, considerado como fonte para a consolidação do conjunto de dados a ser explorado no presente estudo, possui um comportamento particular e característico, com uma absorção de informação que não preza necessariamente pelo comprometimento com a realidade (FERRARI, 2014), buscando informações rápidas e que despertem um maior interesse de leitura. Isso corrobora para a própria prática jornalística, que se apropria de sua mobilidade para se adequar a uma narrativa imersiva que se conecta, em determinados pontos, ao temporâneo e locativo (PELLANDA *et al.*, 2017), o que se junta a uma rotina produtiva que necessita lidar com a celeridade de seleção de fatos que sejam considerados como importantes a serem noticiados (WOLF, 1995).

A ideia de notícia em fluxo contínuo é portadora de expectativas basilares para a consolidação do efeito de sentido, específico dessa modalidade discursiva na Web. O efeito de sentido de real despertado pelo Webjornalismo, por sua vez, atua decisivamente para que o leitor entre no processo comunicacional, pois a mídia é vista como sendo capaz de colocá-lo em contato com os fatos; mais do que um mero expectador, ele acredita poder interagir com a realidade. (FERREIRA; DALMONTE, 2008, p. 132).

Retomando a questão da violência contra a mulher, se observa uma diversidade na forma com que o tema é tratado pela mídia, perpassando desde os noticiários televisivos até a exploração do assunto por meio de obras de teledramaturgia. Esse cenário se reflexiona sobre a maneira com que os meios de comunicação se convergem em incongruências no tocante ao uso de estereóti-

pos, jargões ou clichês, tornando protagonista o ato da violência em si e tornando invisível, em muitos casos, a mulher vítima da violência (GREIN *et al.*, 2016).

Apesar da importância e amplitude das questões relativas à violência contra a mulher, existem poucos trabalhos relacionados ao levantamento ou aplicação de melhorias na elaboração de explorações que possam construir análises ou levantamento qualitativos e quantitativos que busquem consolidar e fortalecer a elaboração de políticas de enfrentamento à violência contra mulher. No âmbito brasileiro, as principais investigações, em termos de geração de indicadores, são realizadas pelo Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal, o qual divulga, periodicamente, indicadores nacionais e estaduais da violência contra a mulher no Brasil. Entretanto, nos próprios relatórios, são destacadas deficiências nos dados e levantadas necessidades de estratégias de melhoria, uma vez que existe uma dependência dos formatos de dados provenientes de cada estado da Federação, dificultando a integração e, conseqüentemente, a realização de análises mais precisas.

Esse cenário gera demandas no que tange à utilização de alternativas que busquem soluções baseadas em mecanismos inteligentes, como, por exemplo, a exploração de técnicas provenientes da tecnologia da informação aplicadas à comunicação, especificamente por meio do uso de técnicas de mineração de dados voltadas à identificação de padrões temáticos e geração de visualizações quantitativas. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo principal a realização de um estudo exploratório utilizando técnicas de mineração de dados sobre a veiculação de notícias em portais digitais associadas ao tema violência contra a mulher, especificamente através de um estudo de caso focado no estado de Goiás, no portal G1 Notícias, de forma a verificar possíveis padrões que corroborem no sentido de compreender as articulações e posicionamentos relegados nas narrativas jornalísticas veiculadas. Além disso, destaca-se a estratégia metodológica apresentada, a qual pode ser extrapolada para outros estudos envolvendo a utilização de grandes volumes de dados obtidos a partir de mídias digitais com a aplicação de soluções computacionais inteligentes.

Violência doméstica contra mulher

A construção social de gênero ao longo da história humana impõe papéis sociais diferentes a homens e a mulheres, exigindo um conjunto de padrões e expectativas de comportamentos diferentes para cada gênero que muda

em consonância com as mudanças sociais observadas ao longo da história. Esses papéis de gênero se baseiam na ideologia patriarcal e impedem “o pleno desenvolvimento das mulheres, discriminando-as de diferentes maneiras” (TELES; MELO, 2017, p. 13-14), colocando os homens numa posição de dominação sobre as mulheres.

A violência de gênero, segundo Teles e Melo (2017), se baseia nessas características culturais de gênero, conduzindo a relações violentas entre os sexos, uma vez que uma das partes, ou ambas, não “exerce” as funções e os papéis de gênero esperados, ou ainda quando comportamentos e expectativas não são correspondidos. Comumente, a mulher é o alvo principal da violência de gênero, e por essa razão a violência de gênero é entendida como sinônimo de violência contra a mulher (TELES; MELO, 2017, p. 15-16). É importante destacar que a violência contra a mulher não se limita ao espaço público ou privado, mas que, conforme destacado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, 65,5% dos feminicídios ocorreram em casa, arremetendo ao contexto de violência doméstica.

Paviani (2016) afirma que a violência, como conceito, é ambígua e complexa, por envolver diversos elementos e várias posições teóricas. Além disso, são inúmeras as formas com que a violência se manifesta, tornando difícil enumerá-las de maneira satisfatória. O autor pontua que a violência pode ser natural ou artificial, se revelando como algo próprio dos seres humanos ou ainda como uma manifestação de excesso de força sobre outros. Paviani (2016) remete à etimologia do termo violência, vinda do latim, *violentia*, delineando a violência enquanto uma ação de violar outrem ou como uma violência autoinfligida, conduzida por um comportamento deliberado que produz danos mentais e físicos.

Chauí (1984) e Azevedo e Guerra (2000) expõem a violência como a imposição da força e a julgam sob dois aspectos expressados por relações de poder. O primeiro aspecto tem um viés que remete à desigualdade e hierarquia na relação, para o qual a violência possui a intenção de domínio e exploração, envolta de uma hierarquia de superioridade e inferioridade. No segundo aspecto, o ser humano é considerado como objeto e não como sujeito, se portando de maneira inerte, passiva e silenciosa, tendo suas falas e ações anuladas pelo autor da violência.

Para Barnett (2000), o poder trata-se de um comportamento aprendido e incorporado ao longo de várias gerações, servindo como ação disciplinar, legitimando a violência como natural. No entanto, Teles e Melo (2017) afirmam que a violência parte de um processo de socialização das pessoas, e não de algo natural, ou seja, não

é a natureza que define comportamentos agressivos aos homens e submissos às mulheres, e sim os estereótipos de gênero que são reforçados por agentes como: a educação, os costumes passados de geração a geração, a cultura, e a própria maneira com que a mídia trata do tema, que por vezes acabam por impedir ou atrasar o debate e enfrentamento de questões como a violência contra a mulher (EASTEAL; HOLLAND; JUDD, 2015).

Teles e Melo (2017) entendem a violência como uma forma de restrição da liberdade de um indivíduo ou de grupo de indivíduos, usando de repressão e ofensa física ou moral para submeter o outro a realizar algo que não deseja. Paviani (2016) destaca que o conceito de violência pode sofrer variações segundo os padrões culturais de cada grupo ou época, sendo atrelado às dificuldades semânticas que o orbitam, embora seja algo constantemente observado no âmbito das relações interpessoais, conforme abordado por Borin (2007). Nesse contexto, uma das mais perversas formas se manifesta em forma de violência doméstica.

Day *et al.* (2003) trazem violência intrafamiliar e violência doméstica sem fazer distinção, explicando que o termo doméstico englobaria indivíduos que coabitam no ambiente familiar mas que não necessariamente residem naquele ambiente, podendo ser visitantes esporádicos. Para Day *et al.* (2003), violência intrafamiliar e doméstica é qualquer ação, ou falta dela, que possa prejudicar o bem estar físico, psicológico ou privar a liberdade, assim como o direito de desenvolvimento pleno de algum integrante da família dentro e fora do ambiente doméstico, uma vez que qualquer integrante da família utiliza-se da sua posição de poder para agredir outrem. É importante destacar que essas relações não estão restritas a laços consanguíneos somente mas aos que exercem, por exemplo, o papel de mãe ou pai.

Por outro lado, segundo Teles e Melo (2017), a violência doméstica refere-se a violência que acontece dentro de casa entre os membros da família: pais/mães e filhos, homens e mulheres, crianças e adolescentes, e pessoas idosas. As autoras chamam a atenção ainda para o termo violência intrafamiliar, que apesar de próximo ao termo violência doméstica, possuem diferenças. A violência intrafamiliar pode acontecer fora do espaço doméstico entre indivíduos da mesma família, sendo que a terminologia pode acabar por esconder a violência contra a mulher. A origem dos conceitos também são diferentes, visto a violência doméstica surge a partir da denúncia do movimento feminista de que o lar é perigoso para as mulheres por serem as mais atingidas pela violência em espaço privado. Embora violência doméstica e violência intrafamiliar possam estar entrelaçadas, as políticas públicas para tais tipos de violên-

cia necessitam contemplar abordagens específicas.

Apesar do ambiente doméstico parecer ser um ambiente seguro e acolhedor, para as mulheres vítima de violência doméstica pode ser o local em que mais se encontram vulneráveis à violência, uma vez que dividem o teto com seus agressores. O Atlas de violência de 2019 realizado pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mostra que a taxa de homicídios de mulheres entre 2012 e 2017 aumentou em 17,1% para os casos que ocorreram dentro das residências; e que mais de 221 mil mulheres no ano de 2017 buscaram uma delegacia de polícia para registro de agressão física decorrente de violência doméstica (CERQUEIRA *et al.*, 2019).

A discriminação contra as mulheres, segundo Teles e Melo (2017), foi um processo histórico forjado e é nele que a violência de gênero tem origem em razão de um “longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas que visam a submissão da população feminina”. As mulheres ao estarem sendo tratadas como propriedades dos homens, perderam a autonomia, a liberdade e a autoridade sobre seus próprios corpos em diferentes níveis. Essas e outras diretrizes, justificam de maneira histórica a discriminação e a violência contra a mulher (TELES; MELO, 2017), logo é possível afirmar que a violência contra a mulher é estrutural, criada a partir de estruturas organizadas, naturalizadas, institucionalizadas e ocultas.

A pobreza por si só não desvenda a violência. Segundo Marinheiro (2003), a violência está presente em todas as classes sociais, no entanto, é mais perceptível nas classes em que existe desestruturação familiar, carência do necessário e miséria, visto que tais fatores favorecem comportamentos agressivos. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que 70,7% das vítimas de feminicídio entre os anos 2017 e 2018 cursam no máximo até o ensino fundamental, 21,9% cursam até o ensino médio, enquanto apenas 7,3% tinham ensino superior. Isto posto mostra que há relação entre violência e vulnerabilidade social, no entanto, conforme Guimarães *et al.* (2006) há um amontoado de fatores – históricos, estruturais, contextuais, interpessoais e culturais – que determinam o porquê da violência ocorrer. Gillum (2019) destaca a desproporcionalidade numérica da violência observada em comunidades atormentadas pela pobreza, a qual acaba por criar um cenário de vulnerabilidade para as mulheres.

A “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará” ocorrida em 1994 por meio de Assembleia

Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) na cidade Belém-PA, promulgou o Decreto nº 1.973, de 01/08/1996 com o objetivo de contribuir positivamente para “proteger os direitos da mulher e eliminar as situações de violência que possam afetá-las”. No capítulo I, Artigo 1º a Convenção define como “violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. No Artigo 2º entende-se como formas violência contra a mulher a violência física, a sexual e a violência psicológica.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que homenageia a biofarmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes, sobrevivente de duas tentativas de assassinato pelo marido, define a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” disposto no capítulo I, Artigo 5º. Os incisos I, II e III acrescentam, respectivamente, os âmbitos do espaço doméstico enquanto espaço de convívio constante de pessoas podendo ou não possuir vínculo familiar ou conviver esporadicamente, e o âmbito do grupo familiar, que são parentes ou entendem-se aparentados, e ainda “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. Em parágrafo único é ressaltado que este artigo independe de orientação sexual. No segundo capítulo, Artigo 7º, são listadas e descritas as cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Cabe ainda ressaltar a importância da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, a qual altera o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, onde o feminicídio passa a ser previsto como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Além disso, a referida lei ainda altera o artigo 1º da Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, incluindo o feminicídio como crime hediondo, ou seja, um crime que por sua natureza provoca repulsa. Conforme destacado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2021, online), “crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória”. Embora não seja o objetivo deste estudo traçar um delineamento sobre os impactos decorrentes da legislação penal em si, é importante destacar que a promulgação das leis supracitadas são vitórias na luta contra a violência e o assassinato praticado contra mulheres, mas que, conforme pontuado por Gomes (2018), a questão perpassa não apenas pelo legislar, mas também pela necessidade da denúncia.

Neste contexto, cabe ressaltar que a crescente disponibilidade e acessibilidade às novas tecnologias acabaram por proporcionar um cenário de ampliação dos meios de comunicação, possibilitando um acesso mais amplo à informação assim como a inclusão de diferentes formas de conteúdos produzidos ou disseminados por cidadãos comuns (BOU-FRANCH, 2013). Essa maior visibilidade das pessoas comuns na mídia tradicional ou na nova mídia implica em uma transformação das fronteiras entre os papéis tradicionalmente definidos de produtores e consumidores de notícias, ocasionando em uma cultura participativa, mas que ao mesmo tempo define e delimita as narrativas noticiosas em face do engajamento e audiência (BELAIR-GAGNON; NELSON; LEWIS, 2019).

Berger e Luckman (2014) descrevem os meios de comunicação como sendo primordiais na construção da realidade social. Tal características está engendrada na temporalidade das evoluções tecnológicas e também nas alterações sociais que acompanham a humanidade, refletindo-se, por exemplo, na maneira com que o jornalismo se adaptou às realidades decorrentes da popularização da Internet e da participação mais ativa do cidadão em papéis midiáticos (CHERNOBROV, 2018). Apesar disso, questões relacionadas à estereotipação de gênero, raça e classe social, apontada ainda no início do século XXI como sendo parte das narrativas jornalísticas (NJAINÉ; MINAYO, 2004), permanecem presentes, conforme apontam Martino e Marques (2018).

No jornalismo, por exemplo, as declarações das fontes são recortadas e adaptadas segundo a história que a notícia vai contar. Certamente se espera algum grau de fidelidade – caso contrário, estaríamos falando de ficção, e não de jornalismo; no entanto, mesmo quando se busca ser fiel ao que a fonte disse, há sempre uma reorganização de suas declarações. (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 133).

Historicamente, a violência doméstica contra a mulher se revelou aceita e instituída em decorrência das desigualdades de gênero advindas das construções sociais, se refletindo, inclusive na maneira com que é tratada pela mídia (FERNANDES, 2022). Embora exista um movimento de visibilidade deste fenômeno por parte da mídia, se observa uma concorrência para com posições culturais e sociais que excluem a mulher (MELO, 2019). No contexto da veiculação de notícias, se observa essencialmente uma tendência da cobertura jornalística

de histórias de alta comoção ou histórias selecionadas retrospectivamente com relação a um tipo específico de violência: o feminicídio. Sutherland *et al.* (2019) afirmam que a veiculação jornalística é um indicador importante e fundamental das atitudes e crenças da sociedade com relação à violência doméstica contra as mulheres, sendo um local crítico para mensurar o progresso em direção às mudanças das normas sociais que a reforçam ou exacerbam.

Metodologia

A criação de indicadores relacionados à violência contra a mulher, no âmbito do Brasil, é algo de grande relevância e interesse, sendo essencial para avaliação e melhoria de políticas públicas relacionadas a esta questão. Entretanto, as soluções disponibilizadas se baseiam na utilização de dados obtidos junto às polícias civis e militares de cada estado da Federação, o que acaba por se configurar enquanto um dificultador na consolidação de dados gerais, uma vez que existem variações quanto às metodologias utilizadas e à estrutura dos dados. Por outro lado, a repercussão de casos de violência contra a mulher nas mídias é notável, o que possibilita o uso de notícias como fontes de dados para geração de indicadores. Diante disso, o presente artigo busca realizar um estudo de análise exploratória sobre a veiculação de notícias relacionadas à violência contra a mulher com base na manipulação e análise de dados provenientes de portais digitais de notícias, de modo a amparar a criação de indicadores sobre o tema.

No âmbito desta investigação, não foram utilizados determinados instrumentos metodológicos comumente aplicados nas pesquisas de comunicação, como a análise de conteúdo e outros tipos de análises, tendo em vista o manejo de grandes volumes de dados que foi realizado. Para que a pesquisa proposta fosse efetuada, mostrou-se necessária a adoção de estratégias que ultrapassem as fronteiras dos métodos tradicionais das pesquisas em comunicação, objetivando preservar a assertividade das análises empreendidas.

A partir disso, a metodologia do trabalho é utilizada como instrumento do processo denominado Descoberta do Conhecimento em Bases de Dados (do inglês, *Knowledge Discovery in Databases* - KDD), proposto por Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smyth (1996). O uso do KDD se deve ao fato de este permitir uma análise orientada sobre as etapas relacionadas à geração de informação, levando-se em conta aspectos que se referem a: seleção de dados, pré-processamento, transformação, mineração de dados, e interpretação. Outro fator de grande relevância é a possi-

bilidade de usar soluções computacionais inteligentes para se trabalhar com grandes volumes de dados, ponto este característico da Web 2.0, onde uma infinidade de usuários atua na Internet não apenas como consumidores, mas como geradores e compartilhadores de conteúdos diversos.

Nesse sentido, o termo Web 2.0, ainda que se remeta a um viés tecnológico desenvolvido nas últimas décadas, diz respeito também às questões comportamentais dos indivíduos atuantes no mundo virtual, onde as fronteiras comunicacionais foram ampliadas devido à emergência das possibilidades interativas que a Internet proporcionou aos usuários. No que tange aos veículos de comunicação, o advento da Web 2.0 propiciou a expansão dos canais já existentes, onde muitos deles, além de sua atuação nas emissoras de TV, rádio e impresso, inauguraram portais de notícias online, que é o caso do G1 Goiás, do grupo Jaime Câmara, bem como novos canais de informação e comunicação se estabeleceram em ambiente totalmente virtual, sem a necessidade de constituir uma sede física.

Nesse contexto, em um primeiro passo, durante a fase de seleção de dados, foi feito o levantamento dos portais de notícias de mais acessados, os quais serviram como fonte dos dados a serem manipulados. Essa etapa do trabalho foi realizada através de análises desenvolvidas junto a ferramenta Google Trends, a qual se trata de uma ferramenta da plataforma Google que possibilita a realização de análises estatísticas de acesso e busca por sites e termos. De acordo com os resultados obtidos, o portal G1 Notícias apresenta um número consideravelmente maior de acessos comparado a outros portais de notícias brasileiros. Diante disso, para efeitos de composição da base de dados, foram consideradas apenas notícias extraídas a partir desse portal.

Após a determinação das fontes de dados, foi definido o conjunto de termos para identificação de notícias relacionadas ao tema da pesquisa: “violência doméstica” e “violência contra a mulher”. As notícias foram obtidas através da utilização de mecanismos de raspagem de dados (*web scraping*), tendo sido extraídos os seguintes atributos: data, título e conteúdo da notícia. A raspagem de dados consiste na obtenção de forma automatizada de elementos de interesse veiculados em páginas armazenadas na Internet (MITCHELL, 2019). Para realização da extração de dados, foi desenvolvida uma solução usando a linguagem de programação Python, juntamente com as bibliotecas *requests* e *BeautifulSoup*. Os dados coletados foram consolidados no formato estruturado CSV (do inglês, *Comma Separated Values*). Destaca-se que por meio da aplicação desta solução, é possível se obter todo o conjunto de notícias veiculadas que contenham

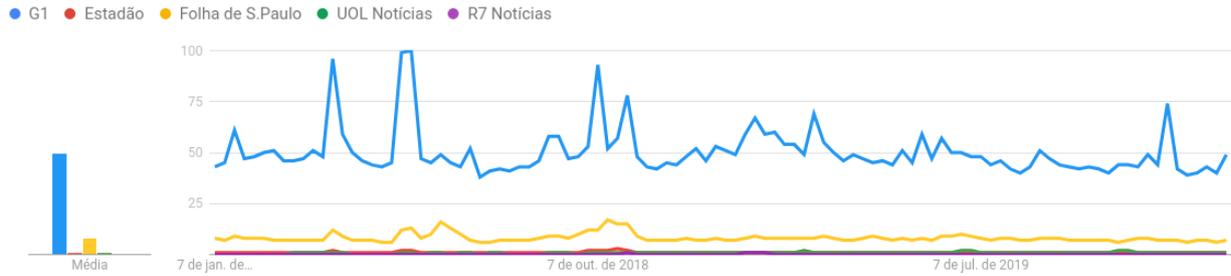


Figura 1. Interesse de busca em portais de notícias.

Figure 1. Search interest in news portals.

Fonte/Source: Google Trends

os termos de busca considerados. Entretanto, cabe ressaltar que a estratégia de recuperação de dados possui a limitação de não recuperar peças noticiosas que possam estar enquadradas na temática de violência contra a mulher, mas que não contenham os termos de busca.

Durante a fase de pré-processamento dos dados obtidos, foram utilizadas técnicas automatizadas de sumarização textual nas notícias como forma de padronização do tamanho dos dados textuais. A sumarização se refere a um conjunto de rotinas que possibilita a geração automática de resumos de tamanho similar, sendo necessária para garantir que não exista um enviesamento nos resultados obtidos devido a uma possível desproporcionalidade no tamanho das amostras textuais (ALAMI; MEKNASSI; RAIS, 2015). Além disso, ainda nesta etapa, foram retirados os termos de baixa relevância no texto, conhecidos como stop words.

Na etapa de transformação dos dados, além do conjunto amostral original em formato estruturado CSV (do inglês, *comma separated values*) foi gerado um arquivo textual contendo especificamente os dados textuais das notícias obtidas. Esse arquivo textual, chamado de corpus, segue os parâmetros e configurações definidos pelo software de mineração de dados textuais Iramuteq, utilizado neste estudo para geração de grafo de similaridade de termos.

A mineração de dados pode ser descrita como uma área de estudo que visa a construção de soluções para a identificação de padrões, associações ou relacionamentos entre elementos distintos, sendo aplicável a diferentes tipos e formatos de dados (DEAN, 2014). Neste estudo, na fase de mineração de dados, foram exploradas técnicas voltadas tanto para o processo de detecção de similaridade entre os dados textuais, de forma a identificar subconjuntos temáticos, quanto para identificação dos relacionamentos semânticos entre os termos.

Para a identificação dos grupos temáticos foram uti-

lizadas as técnicas BOW (do inglês, *Bag of Words*) (SILVA, HRUSHKA; HRUSHKA, 2014) e KNN (do inglês, *k-nearest neighbors algorithm*) (ALTMAN, 1992). De forma geral, as técnicas BOW e KNN permitem a identificação da frequência dos termos presentes nas amostras textuais e o cálculo da similaridade entre cada um dos elementos textuais, ou seja, das notícias. Em outras palavras, quanto mais similar seja o conteúdo entre duas notícias diferentes, maior será o valor retornado. O resultado obtido pode ser visualizado por meio de um grafo, onde cada notícia é representada por um nó, e a disposição destas é dada de acordo com a proximidade entre as mesmas.

Para a geração do gráfico de similitude, conforme pontuado anteriormente, foi utilizado o software de mineração de dados textuais Iramuteq. O grafo de similitude se refere a uma visualização dos relacionamentos semânticos entre os termos de maior frequência dentro do corpus textual (CAMARGO, JUSTO, 2013). Uma vez que o Iramuteq possui algumas limitações em termos de ajustes visuais, principalmente em relação à sobreposição de termos em visões estáticas, foi utilizado o software Gephi para realização de ajustes finalísticos. Em complemento à identificação dos conjuntos temáticos via BOW e KNN, por meio do gráfico de similitude é possível se observar a forma com que termos utilizados nas notícias se desenvolvem e se conectam, considerando o corpus textual como um todo.

Resultados e discussão

Face ao objetivo deste estudo, foram coletadas notícias relacionadas ao tema no portal G1 Notícias, especificamente para notícias no âmbito do estado de Goiás. A Figura 2 apresenta a série temporal quantitativa das notícias obtidas. Foram coletadas notícias entre Janeiro de 2018 e

Maio de 2020. É interessante observar que existe um crescimento contínuo no número de notícias relacionadas aos termos pesquisados, com destaque para picos relacionados aos meses de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2020, os quais serão discutidos, em particular, ao longo desta seção. Cabe ressaltar que esse comportamento quantitativo vai de encontro ao reflexo do crescimento da importância do tema em debates relacionados aos direitos humanos, ao reconhecimento da igualdade de gênero e à promoção da justiça social (CERQUEIRA, 2018).

Através da aplicação das soluções de análise da similaridade de conteúdo, utilizando-se os métodos KNN e BOW, foram obtidos três grupos principais, os quais podem ser visualizados na Figura 3, com representatividade percentual de 62,2% para o Grupo 1, 19,0% para o Grupo 2 e 18,7% para o Grupo 3. A Tabela 1 apresenta os termos mais frequentes em cada um dos grupos detectados. É interessante notar que, com base nos termos ocorrentes, o Grupo 1 e o Grupo 2 se referem diretamente a eventos relacionados à situações de violência, onde se nota termos como “homicídio”, “lesão”, “ferimento”, “facada” e “briga”. Tal achado vai de encontro às constatações de que a mídia

jornalística acaba por explorar conteúdo que provoquem uma maior comoção e que estejam mais alinhados com as questões de engajamento e aumento da audiência, revelando uma tendência mercantilista e espetacular, à exemplo do que é apontado por Tintin e Gomes (2017, p. 473) em estudo semelhante, “o que observamos, portanto, é a manipulação em jogo, o uso do discurso das mídias para valorar aquilo que é de interesse do discurso hegemônico ou simplesmente defender e impor seus posicionamentos”.

Por outro lado, o Grupo 3 apresenta termos que estão associados a ações de enfrentamento à violência doméstica, tais como “projeto”, “comunidade”, “ação” e “sociedade”. Tal grupo se refere àquele com identificação do menor percentual quantitativo para a amostra de dados. Minoritariamente, esse conjunto de peças noticiosas revela o surgimento de ações por parte da mídia digital analisada no sentido de conscientização da população em relação à violência doméstica contra a mulher, assim como uma explanação de instrumentos legais no enfrentamento a este fenômeno. Tal movimento, ainda que menor quando comparado ao volume de notícias que protagonizam a violência em si, pode ser considerado

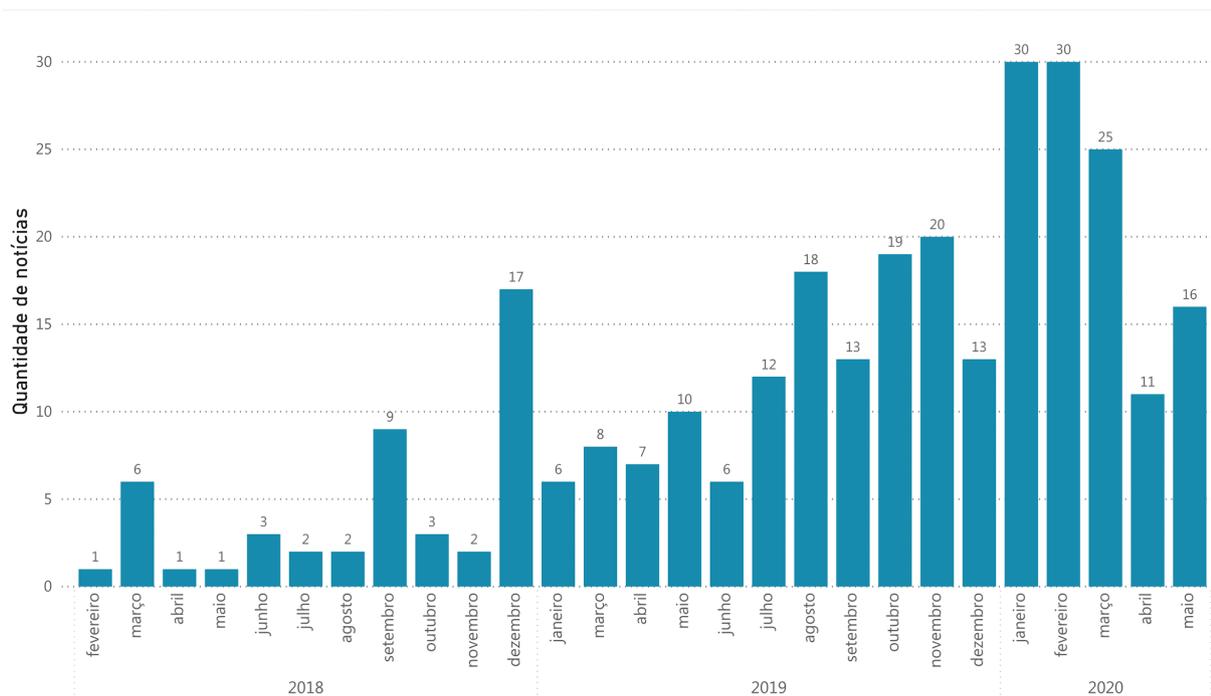


Figura 2. Série temporal quantitativa de notícias publicadas.

Figure 2. Quantitative time series of published news.

Fonte/Source: dados de pesquisa

significativo, à despeito do que é trazido por Silva e Tuzzo (2017) sobre realidade da representação da mulher pela imprensa goiana, que se mostram limitadas quanto às possibilidade de reflexão e mudanças sociais, e centradas em questões estéticas, emocionais e de violência.

O agrupamento de dados desenvolvido possibilita a concepção de observações mais detalhadas, no sentido de vislumbrar a geração de sentidos decorrentes das narrativas exploradas nas peças noticiosas, o que

fica mais evidente ao se observar o grafo de similitude obtido. O grafo de similitude é apresentado na Figura 4. É importante destacar que os resultados obtidos não se referem aos grupos de assuntos, mas sim aos temas abordados, uma vez que é abordada a relação sintática entre os termos. Neste sentido, são identificados termos que conduzem as possíveis análises sobre a veiculação de notícias relacionadas à violência contra a mulher.

Nota-se que do centro do grafo partem arestas que

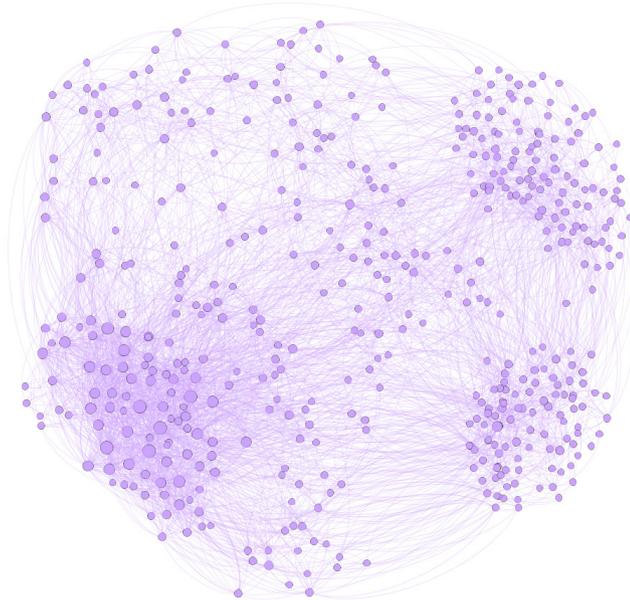


Figura 3. Grupos identificados a partir dos dados processados.

Figure 3. Groups identified from the processed data.

Fonte/Source: dados de pesquisa

Grupo	Termos
Grupo 1	prisão, homicídio, justiça, ameaça, advogado, condenação, defesa, lesão, domicílio, arma.
Grupo 2	ferimento, mulher, vítima, marido, hospital, facada, agressão, filho, parente, briga.
Grupo 3	projeto, ação, escola, governo, instituição, sociedade, empresa, comunidade, sistema, autoridade.

Tabela 1. Dez termos mais frequentes nos grupos identificados.

Table 1. Ten most frequent terms in the identified groups.

Fonte/Source: dados de pesquisa

conectam o termo de maior destaque, qual seja, “polícia”, com os demais grupos identificados. Nesse sentido, os grupos das cores roxa e azul dizem respeito mais especificamente a questões jurídicas ligadas à violência contra a mulher, pois evidenciam termos como “caso”, “delegado”, “segurança”, “crime”, “audiência”, “inquérito”, dentre outros. É interessante notar que estes grupos fazem uma intersecção com o grupo amarelo, ou seja, são termos que aparecem mais no universo dos temas mais abordados. Neste ponto, se observa que novamente o protagonismo das questões relacionadas aos crimes cometidos, equacionando a exploração de temas que levam para a população informações sobre os atos violentos cometidos e as reações por parte das autoridades policiais.

Já os grupos das cores vermelha e verde estão mais ligados a questões comportamentais que envolvem o dra-

mático tema da violência contra a mulher. O fato de não haver um tangenciamento muito próximo entre estes dois grupos e o grupo principal permite deduzir que, na amostra temporal coletada, termos como “casa”, “madrugada”, “filho”, “vítima”, “família”, dentre outros, foram usados para alimentar as narrativas de violência, contextualizar o acontecimento ao qual a notícia se refere e relatar os casos que estavam sendo noticiados. Enseja, neste ponto, a construção de narrativas que conduzem a construção linguística a apresentar “justificativas” para os atos violentos cometidos, tal como é apresentado na Tabela 2.

Outro fato que chama a atenção é a palavra “casa”, no grupo vermelho, que além de fazer referência a domicílio, onde ocorre a grande maioria dos casos de violência contra a mulher, conecta-se também às palavras “médium”, “acusação”, “deus”, “cura” e “conversa”, numa

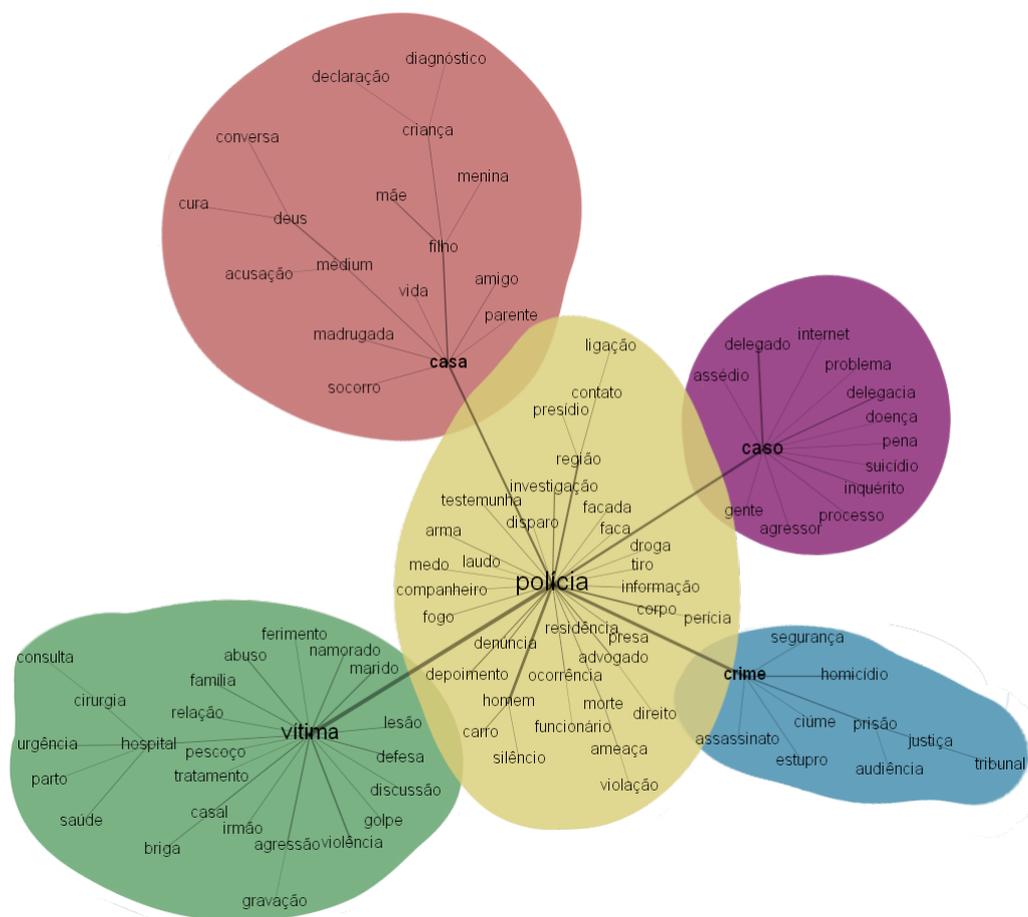


Figura 4. Grafo de similitude.

Figure 4. Similarity graph.

Fonte/Source: dados de pesquisa

Título da Notícia	Trecho	Link da Notícia
Mulher que foi salva por cão diz que neta foi esfaqueada após cair no chão e chorar, em Luziânia	Um homem de 27 anos foi preso suspeito do ataque, que teria acontecido após uma parente das vítimas, de 16 anos, não querer se relacionar com ele	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/01/08/mulher-que-foi-salva-por-cao-diz-que-neta-foi-esfaqueada-apos-cair-no-chao-e-chorar-em-luziania.ghtml
Homem é preso suspeito de manter ex-mulher em cárcere por 15 horas e estuprá-la, em Planaltina de Goiás	Um homem foi preso pela Polícia Civil suspeito de manter a ex-mulher em cárcere privado por mais de 15 horas e ainda estuprá-la, sob ameaça de uma faca. [...], a vítima contou que havia se separado do suspeito, que não aceitou o fim do relacionamento.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/08/31/homem-epreso-suspeito-manter-ex-mulher-em-carcere-por-15-horas-e-estupra-la-em-planaltina-de-goias.ghtml
Mulher é morta a facadas por namorado após planejar se mudar de Goiás sem ele, diz polícia	Uma mulher de 36 anos foi morta a facadas em Itumbiara, na região sul de Goiás. [...] As investigações policiais apontam que o homem matou [...] porque soube que ela planejava voltar para o estado natal, o Piauí, sem ele.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/05/25/mulher-ेमorta-a-facadas-por-namorado-apos-planejar-se-mudar-de-goias-sem-ele-diz-policia.ghtml

Tabela 2. Trechos de notícias.

Table 2. News snippet.

Fonte/Source: dados de pesquisa

clara alusão ao escândalo relacionado ao famoso médium residente em Abadiânia, interior de Goiás, que assediou e estuprou centenas de mulheres ao longo dos anos em que esteve à frente das atividades da casa de atendimento em que atuava. Apesar de os abusos terem acontecido durante décadas, apenas em 2018 uma série de denúncias contra o acusado vieram à tona, o que culminou em sua prisão em dezembro do referido ano. A palavra “casa”, nesse sentido, faz referência ao nome da instituição onde o referido médium efetuava os atendimentos.

Face à veiculação noticiosa do corpus textual considerado, o emprego dos termos identificados no grafo de similitude, o qual destaca a maior frequência dos mesmos, revela uma tendência de apropriação de uma narrativa que conduz, de certa forma, à exploração da curiosidade humana,

conforme discutido por Amaral (2006), indo de encontro àquilo que, conforme abordado por Ferrari (2014), desperta maior interesse do leitor. Nisso, embora existam peças noticiosas que busquem abordar temáticas que vão de encontro ao enfrentamento da violência contra a mulher, o protagonismo maior está na própria violência em si, como pode ser observado no recorte apresentado na Tabela 3.

De modo a compreender mais detalhadamente a questão da exploração das temáticas identificadas, a partir dos resultados obtidos pelas técnicas de classificação utilizadas (BOW e KNN), cada peça noticiosa foi rotulada de acordo com os seguintes grupos: Agressão, Feminicídio, João de Deus, Social e Outros. O grupo rotulado como “João de Deus” foi considerado por conter especificidades muito características a um determinado conjunto de crimes ocorri-

Data	Título
30/10/2018	Mulher encontrada morta amarrada a cobertores na Praça do Trabalhador tinha sinais de tortura, diz delegada
09/01/2019	Mulher é encontrada ensanguentada e enrolada a lençol em Abadia de Goiás
16/04/2019	Homem é suspeito de armar emboscada e matar a ex-mulher por vingança, em Joviânia
16/07/2019	Mulher é encontrada morta, nua e com cabeça esmagada, em Águas Lindas de Goiás
01/02/2020	Guarda chuta mulher durante confusão na região da Rua 44, em Goiânia
04/02/2020	Idoso de 75 anos é preso suspeito de espancar a mulher e a filha em Campo Alegre de Goiás
02/03/2020	Mulher é encontrada morta, nua e com sinais de violência sexual em Aparecida de Goiânia
04/03/2020	Homem é suspeito de estuprar idosa e fugir levando colchão, em Trindade
05/03/2019	Mulher relata que se fingiu de morta para que ex-namorado parasse de agredi-la, em Goiânia
06/05/2020	Homem é preso suspeito de jogar gasolina na mulher e atear fogo por ciúmes, em Rio Verde

Tabela 3. Recorte de peças noticiosas.*Table 3.* Clipping of news pieces.

Fonte/Source: dados de pesquisa

dos no estado de Goiás. A Figura 5 apresenta a distribuição geral das notícias, revelando que a maior parte (62,84%) aborda situações de feminicídio. É importante destacar que o termo feminicídio só foi utilizado em 17% das notícias classificadas na categoria homônima, sendo utilizados os seguintes termos: homicídio, assassinato e morte.

De forma complementar, a Figura 6 apresenta um panorama geral da distribuição de notícias por temas, mostrando uma tendência contínua na exploração da temática violência, com exceção do mês de dezembro de 2018, onde se observou uma majoritariedade de notícias relacionadas aos crimes atribuídos ao médium João de Deus. Esses padrões vão de encontro às questões discutidas anteriormente sobre o que de fato é importante no noticiar, e sobre a questão de temporalidade e locatividade.

Conclusão

Por meio das investigações realizadas no âmbito deste artigo foi possível desenvolver um estudo teórico-prático que culminou na consolidação de uma base de dados contendo notícias relacionadas à violência doméstica, sobre

as quais foram aplicados métodos analíticos baseados em métodos de mineração de dados, os quais permitiram a geração de informações e indicadores sobre o tema. Diante dos dados coletados e das informações geradas por meio das técnicas empregadas, se observou uma vinculação à abordagem jornalística da violência contra a mulher, levando-se em conta o conjunto amostral considerado, a questões relacionadas a denúncias, segurança pública e evolução dos casos nas instâncias dos órgãos públicos relacionados.

Um ponto que chamou a atenção no grafo de similitude obtido (Figura 4) foi o fato de que a palavra “casa” desdobrou-se em dois sentidos: primeiramente, fazendo referência a domicílio, certamente aludindo aos casos de violência que foram praticados no âmbito doméstico, e em uma segunda linha de análise, “casa” esteve ligada ao escândalo protagonizado por um conhecido médium que atuava em Abadiânia, interior de Goiás, o qual possuiu seu nome associado a uma série de denúncias de estupro de mulheres ao longo de décadas na casa de atendimentos em que atuava. As denúncias contra o médium chegaram em seu ápice no final de 2018, sendo o acusado preso em dezembro do mesmo ano. É evidente a comoção causada

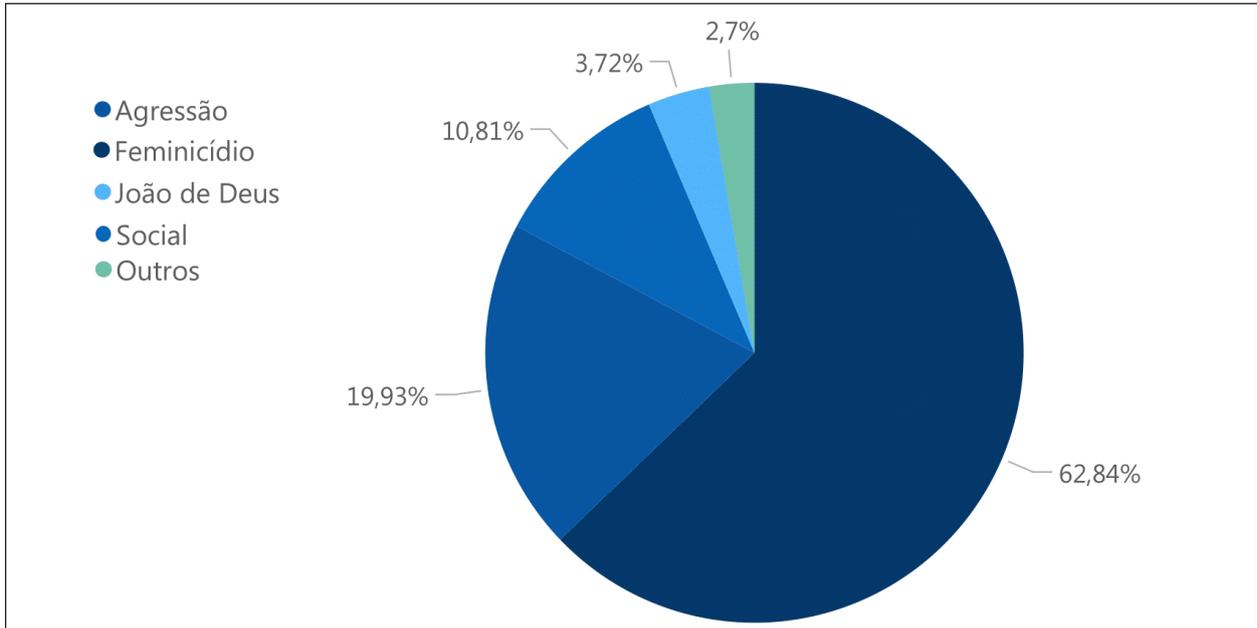


Figura 5. Distribuição geral de peças noticiosas.
Figure 5. General distribution of news pieces.

Fonte/Source: dados de pesquisa

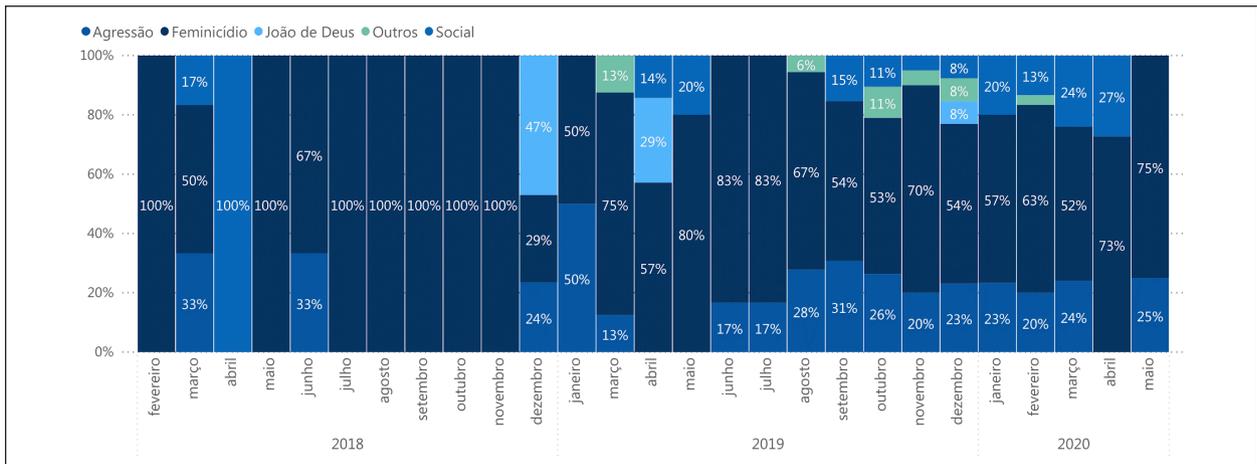


Figura 6. Distribuição temporal de peças noticiosas.
Figure 6. Time distribution of news pieces.

Fonte/Source: dados de pesquisa

por este acontecimento e sua repercussão na mídia, fato que é perceptível quando se observa o pico de notícias que foram veiculadas no mês em que a prisão do acusado foi efetuada. Ademais, os resultados alcançados mostraram padrões e tendências que podem ser explorados e utilizados como referências para pesquisas mais profundas sobre o

problema em questão, considerando, por exemplo, fatores geográficos, temporais e tipos de ações/crimes associados, além da possibilidade de um estudo comparativo com dados textuais de notícias veiculadas após o período temporal considerado, levando-se em conta outros aspectos que remetam de forma direta ou indireta à pandemia da Covid-19.

Os resultados alcançados demonstram que, embora, para o conjunto amostral explorado, exista um movimento na apresentação e discussão da violência doméstica contra a mulher, as reportagens que promovem o debate e compreensão social sobre o tema são a minoria, sendo a prática noticiosa muito mais voltada à

entrega de conteúdo que vise o engajamento e o lucro. Apesar disso, é importante destacar que o papel da mídia jornalística é necessário e fundamental no enfrentamento e redução dos números de casos de violência doméstica contra a mulher, sendo as reportagens um retrato crítico de como a sociedade se posiciona sobre esse tema.

Referências

- AMARAL, M. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALAMI, N.; MEKNASSI, M.; RAIS, N. Automatic texts summarization: current state of the art. *Journal of Asian Scientific Research*, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2015.
- ALMEIDA, N. K. D.; COELHO, M. T. A. D. A violência estrutural. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, v. 11, n. 1, p. 1-11, 2007.
- ALVES, A. M.; COURA, P. F. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no centro de apoio à mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, p. 243-257, 2001.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.; OLIVEIRA, A. B. (Org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2000. p. 25-48.
- BANDEIRA, M. L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.
- BELAIR-GAGNON, V.; NELSON, J. L.; LEWIS, S. C. Audience engagement, reciprocity, and the pursuit of community connectedness in public media journalism. *Journalism Practice*, v. 13, n. 5, p. 558-575, 2019.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 36. ed. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2014.
- BORIN, T. B. *Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- BOU-FRANCH, P. Domestic violence and public participation in the media: The case of citizen journalism. *Gender & Language*, v. 7, n. 3, p. 275-302, 2013.
- CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da violência 2019*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.; HEILBORN, M. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 25-62.
- CHERNOBROV, D. Digital volunteer networks and humanitarian crisis reporting. *Digital Journalism*, v. 6, n. 7, p. 928-944, 2018.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Crime hediondo*, 2021. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8190-crime-hediondo>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - “Convenção de Belém do Pará”, 1994.
- CURIA, B. G. et al. Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 40, e189184, Epub, 2020.
- DA SILVA CORDEIRO, D. C. Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores? *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 27, p. 365-383, 2018.
- DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 25, p. 9-21, 2003.
- DEAN, J. *Big Data, Data Mining and Machine Learning: value creation for business leaders and practitioners*. New Jersey: Wiley, 2014.
- EASTEAL, P.; HOLLAND, K.; JUDD, K. Enduring themes and silences in media portrayals of violence against women. *Women's Studies International Forum*, v. 48, p. 103-113, 2015.
- FANTI, M. G. C. Discurso, mídia e produção de sentidos: questões de leitura e de formação na contemporaneidade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 11, n. 2, p. 418-438, 2015.
- FAYYAD, U., PIATETSKY-SHAPIRO, G., SMYTH, P. From data mining to knowledge discovery in databases. *AI Magazine*, v. 17, n. 3, p. 37-54, 1996.
- FERNANDES, B. C. A. *Para os jornais a mulher importa, desde que morta: a violência contra as mulheres na mídia*. 272 f. 2022. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação) Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2022.

- FERRARI, P. *Jornalismo Digital*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- FERREIRA, G. M.; DALMONTE, E. F. Webjornalismo, critérios de noticiabilidade e efeitos de sentido. *Comunicação: Veredas*, v. 7, n. 7, p. 117-135, 2008.
- FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2019*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.
- GADONI-COSTA, L. M.; DELL'AGLIO, D. D. Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. *Interinstitucional de Psicologia*, v. 2, n. 2, p. 151-159, 2010.
- GILLUM, T. L. The intersection of intimate partner violence and poverty in Black communities. *Aggression and Violent Behavior*, v. 46, p. 37-44, 2019.
- GOMES, I. S. Feminicídios: um longo debate. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, e39651, 2018.
- GREIN, T. A. D. et al. Violência doméstica contra mulheres: produção de sentidos pela mídia televisiva no sudoeste de Mato Grosso, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v. 18, n. 2, p. 87-95, 2016.
- MADURO, A. C. S.; PACHECO, C. S. O feminicídio na mídia: uma análise das vozes verbais em notícias jornalísticas. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 74, 2022, Brasília. *Anais [...]* Brasília: UnB, SBPC, 2022.
- MARTINO, L. M. S.; Marques, A. C. S. Ética, mídia e comunicação: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.
- MELO, J. C. O. Feminismo, informação e gênero: breves notas sobre a representação da mulher brasileira na mídia contemporânea. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 337-355, 2019.
- MITCHELL, R. *Web scraping with Python*. New Jersey: O'Reilly, 2019.
- NJAIN, K.; MINAYO, M. C. S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004.
- PEQUENO, M. Violência e direitos humanos. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 28, n. 43, p. 135-146, 2016.
- PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, M. R. (Ed.). *Conceitos e formas de violência*. Caxias do Sul: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2016. p. 8-20.
- PELLANDA, E. C. et al. Mobilidade e jornalismo digital contemporâneo: Fases do jornalismo móvel ubíquo e suas características. In: CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C. (Orgs.) *Jornalismo Móvel: linguagem, gêneros e modelos de negócio*. Covilhã, Portugal: LABCOM.IFP, 2017. p. 197-218.
- SEGATO, R. *La Guerra contra las Mujeres*. 3 ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.
- SILVA, L. A. F.; TUZZO, S. A. A representação das mulheres na mídia impressa em Goiás. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 19, 2017, Cuiabá. *Anais [...]* Cuiabá: Intercom, 2017.
- SILVA, N. F.; HRUSHKA, E. R.; HRUSHKA, E. R. Tweet sentiment analysis with classifier ensembles. *Decision Support System*, v. 66, p. 170-179, 2014.
- SOUSA, J. C.; MEDEIROS, M. L.; MARTINS, C. H. Atuação da mídia e de políticas afirmativas do estado no enfrentamento à violência doméstica. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 8, p. 13064-13078, 2019.
- TELES, M. A. A.; MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. 8. ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2006.
- ZUMA, C. E. Em busca de uma rede comunitária para a prevenção da violência na família. Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária, III, Fortaleza, 2005. *Anais...* Fortaleza, CE, Brasil, 2005.